

A ESCOLA DOS ANNALES

José Antonio Vasconcelos

O movimento de renovação teórico-metodológica que se deu em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, não encontra paralelo no panorama historiográfico do século XX. Redefinindo os rumos da pesquisa histórica, os historiadores dos Annales não só ganharam espaço e reconhecimento institucional na França, como também influenciaram decisivamente o modo como se produz história no resto do mundo, propondo novos objetos, e mesmo antigos objetos e procedimentos metodológicos à luz de abordagens teóricas inovadoras. Contudo, o movimento é difícil de classificar ou definir, e por uma razão muito simples: desde sua origem, a identidade dos historiadores dos Annales se dava menos em termos de pressupostos comuns do que em relação àquilo a que se opunham, ou seja, a história metódica, por eles chamada de história “positivista”, ou ainda *História historizante*, ou *Histoire sorbonniste*.

A trajetória da escola dos Annales é geralmente dividida em três ou quatro grandes “fases”. A primeira delas é marcada pela fundação da revista por Bloch e Febvre, em 1929, e se caracterizava por um intenso diálogo com as ciências sociais. A segunda geração, que se iniciou no final dos anos 1950, quando Fernand Braudel tornou-se diretor da revista, deu continuidade ao projeto inicial, mas enfatizando ainda mais a longa duração e dando menor importância ao papel dos indivíduos no processo histórico. A terceira geração, que se iniciou por volta dos anos 1970, é também conhecida como “Nova História”, e tem entre seus principais representantes o nome de Jacques Le Goff, que imprimiu uma orientação das pesquisas no sentido de uma história da cultura. Poderíamos ainda falar de uma quarta e última geração, emergente a partir do final dos anos 1980, ligada ao nome de Roger Chartier, na qual é nítida uma preocupação com os estudos da linguagem na pesquisa historiográfica.

Neste texto estudaremos alguns aspectos da escola dos Annales, com ênfase em seu caráter interdisciplinar e ressaltando a tendência dos historiadores vinculados a essa postura de diluir o papel dos sujeitos individuais como agentes das transformações históricas. Nesse sentido, forças impessoais como a economia, os fatores geográficos ou a demografia ganham preponderância.

1. A crítica à História “positivista”

O modelo tradicional de História que Bloch e Febvre criticavam na verdade remontava ao do historiador alemão do século XIX, Leopold von Ranke, e que na França era representado, sobretudo, pelos “manuais” de estudos históricos, dos quais vale a pena mencionar o de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, imensamente influente até os dias de hoje. A abordagem “positivista” possuía o grande mérito de integrar a **erudição histórica**, antes a cargo de historiadores “antiquários”, que preservavam documentos e objetos do passado, mas sem um norte teórico definido, valorizando-os simplesmente porque pertenciam ao “passado”, e a **filosofia da História**, que possuía uma fundamentação teórica consistente, mas que anteriormente era um quase monopólio de filósofos cuja visão do processo histórico em geral se fazia a partir de leituras de segunda ou terceira mão. Tanto assim que exceções notáveis de uma ou outra categoria – nomes como os de Edward Gibbon e Voltaire de imediato nos vêm à mente – foram fontes de inspiração tanto para a historiografia “positivista” quanto para o paradigma dos Annales.

Essa historiografia “positivista”, a despeito de seus méritos, possuía três elementos que a colocavam em continuidade com as tradições historiográficas do Ocidente, desde Tucídides. Em primeiro lugar, partia-se do pressuposto de que a História diz respeito a fatos reais (distinguindo-se, portanto, da ficção, que lida com fatos imaginados) e que esses fatos podem ser adequadamente representados por meio de uma narrativa. Em segundo lugar, os fatos do passado teriam sido o resultado da ação de personagens que agiram de acordo com determinadas intenções, sendo que essas intenções podem ser recuperadas no presente, e podemos ainda asseverar que é essa a principal tarefa do historiador. Em terceiro lugar, a historiografia positivista, assim como toda a tradição historiográfica ocidental antes dela, parte de uma concepção cronológica de tempo, na qual este é concebido como um fluxo homogêneo e linear. Ora, a ruptura da historiografia dos Annales com a História “positivista” se dá em todos esses três aspectos, e isto por si só já põe em relevo sua originalidade e importância na História da historiografia.

Antes, porém, de comentar sobre as rupturas que se dão nesses três aspectos com relação ao modelo tradicional, apresento um preâmbulo, situando alguns dos historiadores mais representativos do movimento dos Annales e relacionando-os diretamente com o tema do presente ensaio, qual seja, seu caráter interdisciplinar.

2. A escola dos Annales e o diálogo interdisciplinar

A interdisciplinaridade, obviamente, pressupõe a interação entre as diversas disciplinas acadêmicas, e a primeira delas que se destaca é a filosofia. Não é sem razão, pois, que o empreendimento de Febvre e Bloch tenha sido precedido de um intenso intercâmbio com a *Revue de synthèse historique*, e principalmente com Henri Berr. Mas vale aqui uma ressalva: não se trata de incorporar grandes sistemas filosóficos que prometem nos dar a chave explicativa do processo histórico. Tal modelo, representado pelos escritos de Arnold Toynbee, por exemplo, que interpreta a História como uma sucessão de civilizações movidas pelo mecanismo *challenge and response* seria ácida e prontamente rejeitado por Jacques Le Goff, um dos mais destacados herdeiros intelectuais da escola dos Annales, num ensaio intitulado *A História Nova*, da década de 1970. A filosofia de que se trata aqui é aquela concernente à reflexão filosófica sobre o conhecimento histórico e, a partir dos estudos de Berr, os historiadores dos Annales procuram dar conta de duas questões correlatas: **a inter-relação entre as diversas disciplinas** e a busca de uma **História total**, o que em parte explica a admiração que os historiadores dos Annales, pelo menos os da primeira geração, nutriam pelos escritos de Michelet, um historiador francês do século XIX, cujo estilo era muito vívido.

Além de Berr, podemos citar uma série de influências externas à disciplina histórica exercidas sobre a escola dos Annales. Os escritos de Henri Wallon e Charles Blondel, por exemplo, imprimiram nos *annalistes* uma preocupação com os aspectos psicológicos envolvidos nas sociedades do passado. A tentativa de superação do determinismo geográfico e a proposta de um estudo da relação das sociedades humanas com o meio em Paul Vidal de La Blache foram vistas com entusiasmo, de tal forma que a geografia figurou como elemento importante na produção historiográfica dos *annalistes*, em especial os da segunda geração, dos quais o nome mais proeminente é o de Fernand Braudel. Ademais, vale a pena mencionar ainda a influência pioneira de Lévi-Bruhl, cujo conceito de “mentalidade” se tornaria posteriormente um jargão corrente entre historiadores não só na França, como em diversas outras partes do mundo. E ainda não podemos deixar de mencionar a importância do pensamento sociológico de Émile Durkheim que, enfatizando a primazia do social sobre o individual, contribuiu para a ultrapassagem de uma visão estreita de História, entendida como o conjunto das ações de personagens notáveis do passado. Na verdade, as questões propriamente teóricas se entrecruzavam com questões acadêmicas mais mundanas, como o fato de que a sociologia, uma disciplina relativamente nova na época, ameaçava desbancar o papel preponderante que a

História vinha exercendo no conjunto das ciências humanas desde o século XIX. Nesse sentido, a incorporação de conceitos da escola sociológica durkheimiana pode ser interpretada também como uma forma de superação desse estado de coisas.

A questão da primazia do social sobre o individual é evidente em muitas obras dos historiadores da primeira geração dos Annales, mas tomo aqui como exemplar o estudo de Lucien Febvre sobre o problema da descrença em Rabelais. O termo “descrente”, atribuído a Rabelais, era tomado de forma não problemática por historiadores da primeira metade do século XX, sugerindo que Rabelais era ateu, ou seja, ele não acreditava – “descrente”, portanto, – em Deus. Febvre demonstra, recorrendo a estudos de sociologia e psicologia social, que o aparato conceitual da sociedade europeia do século XVI impossibilitava a descrença tal como concebida no mundo moderno. Em outras palavras, a ação do meio sobre indivíduo era decisiva, chegando a impor limites quanto àquilo que alguém pode ou não pensar. Podemos notar, assim, como Lucien Febvre se colocava em sintonia com o que havia de mais recente na pesquisa acadêmica de outras disciplinas em ciências humanas e sociais e, justamente por isso, se colocava como precursor de abordagens vindouras.

O diálogo interdisciplinar não se limitou à primeira geração da escola dos Annales. Pelo contrário, mesmo no pós-guerra, a inegável influência de pesquisadores de outras áreas, como o filósofo e economista François Simiand, o antropólogo Marcel Mauss e o sociólogo Georges Durvitch, atesta a contínua preocupação dos *annalistes* com a interação entre a História e as demais disciplinas acadêmicas. Mas as diferenças entre a primeira e a segunda geração dos Annales também são evidentes. Em Bloch e Febvre predomina um estudo orientado pela psicologia e pelas mentalidades coletivas. Já em estudos de historiadores da segunda geração, como o do *Beauvais e Beauvaisis*, de Pierre Goubert, sobre o *Languedoc*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, da *Bass-Provence* de René Baehrel e o monumental *Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, o viés teórico predominante se dá em termos de padrões socioeconômicos e demográficos. Na prática, isso implica num apagamento ainda mais evidente do papel do indivíduo na História. Em seu discurso inaugural, de 1950, Braudel afirmou que os três níveis de explicação histórica – o acontecimento da curta duração, a conjuntura da média duração e a estrutura da longa duração – se encontravam no mesmo grau de importância. Porém, em outras ocasiões, Braudel não conseguiu disfarçar o desdém que sentia pelo nível mais superficial, o do acontecimento, comparado por ele à espuma efêmera do mar ou, pior ainda, com vagalumes, que por um instante se tornam visíveis, para no instante seguinte desaparecerem na escuridão de onde vieram. O mar, e não a espuma, a escuridão, e

não brilho fugaz, estes são os elementos que Braudel parece sugerir como sendo os mais relevantes.

3. Ruptura com o “positivismo”

A partir dessas considerações sobre o caráter interdisciplinar da pesquisa empreendida pelos historiadores dos Annales, podemos retornar agora para as rupturas que a escola dos Annales opera em relação à historiografia positivista em particular e às tradições historiográficas do Ocidente em geral.

Em primeiro lugar, a escola dos Annales rompe com o pressuposto de que a história deve se ocupar de fatos do passado, representando-os por meio de uma narrativa. Mas aqui é preciso prosseguir com cautela, para não confundirmos o que os historiadores dos Annales realmente fazem com aquilo que eles dizem fazer ou aparentam fazer. Há uma opinião errônea, mas infelizmente muito generalizada entre os historiadores, de que os historiadores dos Annales rompem com a forma narrativa de representação do passado. Mas se levarmos em consideração a teoria da narrativa, e em especial a obra *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur, que se debruça diretamente sobre o *Mediterrâneo*, de Braudel, perceberemos que a ruptura não é tão radical assim. O que Braudel e outros *annalistes* fazem é modificar a narrativa, de forma que os personagens individuais cedam lugar a instituições ou estruturas que assumem a condição de quase-personagens num quase-enredo. Assim, o reinado de Felipe II é importante não por causa das ações individuais desse monarca em particular, mas porque seu reinado marca de forma dramática um deslocamento do Mediterrâneo para o Atlântico como centro de convergência do processo histórico. Outro erro comum, mas menos generalizado, é afirmar que os *annalistes* apresentam pressupostos epistemológicos inovadores. A historiografia “positivista” partia de uma epistemologia realista, e os historiadores dos Annales não romperam com essa tradição. Estudar História era e continuava sendo o esforço continuado de tentar conhecer e compreender o que **realmente** aconteceu no passado. Grande parte do aparato teórico-metodológico desenvolvido pela historiografia “positivista”, a crítica das fontes, foi mantida por Bloch e Febvre e continuada por gerações seguintes de historiadores vinculados à revista dos Annales.

Mas se os *annalistes* preservaram a forma narrativa de representação, ainda que de forma não convencional, e se mantiveram apegados a uma epistemologia realista, o que os diferencia dos positivistas? A resposta a essa questão é desapontadoramente simples, mas encantadoramente revolucionária: os historiadores

dos Annales foram mais abertos a novos objetos que seus predecessores positivistas. Enquanto estes continuaram presos a uma tradição que toma somente os eventos de ordem política como genuinamente históricos, os historiadores dos Annales admitiam objetos como o medo, a leitura, a morte, a alimentação, a condição feminina, entre inúmeros outros. Esses historiadores não se esqueceram, contudo, da política – ela continua em primeiro plano no estudo de muitos historiadores, mas por partir de um conjunto maior de objetos históricos ou historiográficos, a própria dimensão política passa a ser interpretada de forma diferenciada. Podemos perfeitamente aceitar hoje uma política dos gestos ou uma política dos afetos, expressões que, enunciadas há cem anos, seriam praticamente ininteligíveis.

Em segundo lugar, os historiadores dos Annales romperam com uma tradição historiográfica que atribuía o curso dos acontecimentos às intenções de personagens particularmente influentes no meio político e intelectual de sua época. Essa ruptura, na verdade, encontra um notável precedente na obra de Marx. Segundo o filósofo, se Napoleão não tivesse existido, a História não teria sido muito diferente; tal afirmação indica, assim, a existência de poderosas forças anônimas subjacentes às vontades dos indivíduos. Mas Marx pode ser considerado uma exceção, tanto assim que, até as primeiras décadas do século XX – e podemos arriscar dizer que até os dias de hoje – existe relutância por parte dos profissionais de História em considerar Marx um autêntico historiador. Com a emergência do paradigma dos Annales, porém, tudo isso muda de figura. O meio passa a ser interpretado como condicionante e, em certos casos, até como determinante das mudanças sociais. A passagem no modelo tradicional àquele inaugurado pelos *annalistes* pode ser entendido de forma mais clara tomando-se como exemplo a frase de Collingwood, segundo o qual o fato de Júlio César cruzar o Rubicão pode ser tido como histórico, mas um camponês anônimo não. Mas nos sugerem os historiadores dos Annales, especialmente aqueles mais afeitos à História quantitativa: e que tal se milhares de camponeses cruzassem o Rubicão no decurso de séculos, determinando um fluxo populacional, será que isso não faz parte da História? É claro que sim.

Em terceiro lugar cabe-nos uma consideração atenta sobre a questão do tempo. O tempo cronológico, em si mesmo, é algo de que os historiadores não podem abrir mão sem deixarem de ser historiadores. A História pressupõe a passagem do tempo e os conceitos de presente, passado e futuro não podem, de forma alguma, ser abandonados. O tempo é necessário como referente, ainda que indireto, do conhecimento histórico. Mas isso não significa que devemos nos apegar a um modelo de representação do tempo no qual os acontecimentos sejam alinhavados um após o outro. O que nos mostram os historiadores dos Annales, e em especial Braudel, é que

existem múltiplos níveis de temporalidade e que a realidade histórica, nesse sentido, é muito mais complexa do que imaginavam os historiadores “positivistas” do século XIX e início do XX. Uma das grandes contribuições da escola dos Annales para a teoria da História é o fato de terem nos tornado mais conscientes de que determinadas mudanças e permanências só podem ser percebidas se deslocarmos o nível da análise para a média ou a longa duração.

Até o momento nos ativemos na questão da escola dos Annales e o diálogo interdisciplinar, considerando os casos em que este realmente ocorreu. Mas é importante levar em consideração também os momentos em que tal diálogo, embora possível, não teve lugar. Na mesma época em que Braudel utilizava o termo *estrutura* para se referir à longa duração, se desenvolvia na Europa o pensamento estruturalista, especialmente ligado à linguística, com Saussure e Jakobson, e à antropologia, com Lévi-Strauss. E em que medida o pensamento estruturalista na linguística e na antropologia contribuiu para uma renovação teórica no interior da escola dos Annales? Em princípio, muito pouco. E isto porque havia um antagonismo jamais superado entre Braudel e Lévi-Strauss. Para este, a História se diferencia da antropologia porque a primeira se ocupa com as expressões conscientes e a segunda com as expressões inconscientes da vida social. Ora, isto é ignorar soberbamente os modelos de pesquisa historiográfica que estavam sendo desenvolvidos na época e se apegar ao modelo positivista clássico, segundo o qual o historiador deve ser ocupar das **intenções** dos personagens do passado. Braudel, por sua vez, não incorporou e nem poderia ter incorporado os *insights* de Lévi-Strauss, porque seu modelo tripartido apresentava uma grande dificuldade em tratar da inter-relação de um nível de temporalidade a outro. Quando Braudel tratava da estrutura no tocante à alimentação, por exemplo, o que ele tinha em vista eram os fatores geográficos que determinavam o modo como os alimentos seriam produzidos, distribuídos e consumidos. Em momento algum, no âmbito da longa duração, Braudel lidava com a relação simbólica ou cultural no modo como o ser humano na História se relaciona com o alimento.

É, porém, nessa brecha que se imiscuem os trabalhos da terceira geração dos Annales. Para além do pioneiro *Montaillou*, de Ladurie, podemos perceber após o declínio do modelo serial e de longa duração, uma preocupação crescente com os aspectos culturais das sociedades do passado. Historiadores como Le Goff, em sua obra *Pour um Autre Moyen Age*, tratando da questão do tempo das sociedades camponesas do passado em contraposição ao tempo do relógio da sociedade moderna, ou Phillipe Áries, ao tratar da História da morte no Ocidente, põem em relevo essa reorientação teórico-metodológica dos historiadores dos Annales. Há comentadores que veem tal desdobramento com desprezo ou pesar. François Dosse

fala de uma “História em migalhas”; Stone de uma “volta da narrativa” e Lynn Hunt do declínio e fim do paradigma dos Annales. Podemos ver, porém, as coisas de outra maneira. Não há uma volta da narrativa – afinal, como poderia voltar algo que nunca foi embora? – mas a contínua reafirmação da História-problema, em oposição à *Histoire-recit*, entendida não como narrativa, mas como mera descrição dos acontecimentos. E, se os positivistas se consideravam “científicos”, os *annalistes* eram ainda mais, enquanto procuraram, no diálogo interdisciplinar, se adequar ao modelo de cientificidade proposto pelo meio acadêmico.

4. Síntese

A abordagem “positivista”, tanto na filosofia quanto na História, foi alvo de muitas críticas. No campo da historiografia especificamente, a reação mais influente contra o positivismo veio de um grupo de historiadores franceses reunidos em torno de uma revista intitulada *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Desde seu surgimento, em 1929, o periódico mudou de nome duas vezes, e hoje se chama *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, mas a tradição intelectual e historiográfica que ela simboliza é mais comumente conhecida como escola dos Annales.

Os historiadores dos Annales criticavam a visão positivista em três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, ao invés de uma descrição pretensamente objetiva dos fatos do passado, os historiadores da escola dos Annales propunham que a análise histórica deveria se dar a partir da solução de problemas. Em outras palavras, ao invés de uma história narrativa, objetivava-se uma história problematizante. Em segundo lugar, ao invés de uma História parcial, reduzindo o campo de objetos aos fatos de caráter político e militar, os historiadores dos Annales propunham uma “História total”, isto é, uma História que desse conta de todos os aspectos da sociedade. Finalmente, ao invés de considerar a História uma disciplina autônoma e fechada em si mesma, a partir de uma metodologia específica, os historiadores dos Annales buscavam *insights* teóricos em outras áreas, assumindo uma perspectiva interdisciplinar.

Mas se, num primeiro momento, a escola dos Annales se colocava como uma tentativa de superação de uma visão estreita de História, característica da abordagem positivista do século XIX, devemos também lembrar que ela passou por diversas “fases”. Num segundo momento, em que o nome de maior destaque era o do historiador francês Fernand Braudel, a crítica aos historiadores “positivistas” assumia

contornos diferenciados. A inadequação do “positivismo” não era tanto o fato de limitar a História ao relato de acontecimentos políticos, mas sim o de prender-se a um único nível de explicação histórica. Para Braudel, o campo de conhecimento histórico desdobra-se em três níveis, o da curta, média e longa duração. O primeiro, relativo aos acontecimentos vividos no “calor do momento”, constitui a matéria-prima principal dos historiadores “positivistas”. Mas, para além do acontecimento, podemos situar um segundo nível de compreensão histórica, o da conjuntura, no qual as transformações só podem ser percebidas numa perspectiva de tempo mais ampla, envolvendo uma ou mais décadas. Finalmente, num terceiro nível de compreensão histórica, temos a estrutura, uma instância temporal no qual as transformações muito lentas só podem ser percebidas em intervalos de tempo de séculos ou milênios.

Numa fase seguinte, que teve início em meados da década de 1970, a influência da visão braudeliana se tornou significativamente menor e muitos dos historiadores da escola dos Annales voltaram-se a estudos de caráter microscópico, estudando pequenas comunidades ou grupos sociais do passado. Com isso houve não um abandono, mas uma redefinição do ideal original de se constituir uma “História total”. Não se trata mais de estudar **todos** os aspectos de **tudo** o que aconteceu no passado, mas focalizar a história total de um objeto de estudo muito bem definido. Uma das obras historiográficas mais importantes nesse sentido foi *Montaillou*, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie. Partindo principalmente de documentos da inquisição, Ladurie procurou descrever em minúcias os costumes e o universo mental dos habitantes de Montaillou, uma comunidade no sul da França, na virada do século XIII ao XIV.

A iniciativa dos historiadores dos Annales representa certamente a mais influente crítica já empreendida à abordagem “positivista” no estudo da História. Entretanto, muitas das contribuições da História “positivista” permanecem como pressupostos não questionados para os historiadores dos Annales. A crítica das fontes, a preocupação com a autenticidade dos documentos e da veracidade das informações obtidas continuaram sendo assuntos tão importantes quanto na época de Ranke.